



Economia
Brasil João Manoel (à esquerda), Odacir Klein, Ulisses (ao centro)
e Henrique Santillo ouvem Celso Furtado

O GLOBO

23 JAN 1983

Celso Furtado: Recessão ameaça indústria pesada

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ex-Superintendente da Sudene, economista Celso Furtado, disse ontem, na abertura do painel "FMI, Dívida externa alternativa", realizado na Câmara dos Deputados, que a manutenção da política de recessão levará ao desmantelamento ou à obsolescência de boa parte das indústrias brasileiras de equipamentos pesados, que constituem o principal instrumento de autonomia das decisões políticas de desenvolvimento.

O professor João Manoel Cardoso de Mello, da Universidade de São Paulo, e que participou do painel junto com o economista Carlos Lessa e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, disse que dispõe de informações no sentido de que 80 grandes empresas estão à beira da concordata, e que as quebras vão atingir o setor agrícola, a começar pelas cooperativas do Rio Grande do Sul, também em situação pré-falimentar.

PROPOSIÇÕES FALSAS

Celso Furtado afirmou em seu depoimento que a política econômica do Governo está montada em cinco proposições falsas. A primeira seria da interdependência internacional, já que o poder de emitir moeda de curso internacional é privilégio de poucos países, que dispõem ainda de reservas de ouro e moedas converteíveis para socorrerem seus bancos e podem estocar produtos primários, fornecendo baixas no mercado internacional. A esse respeito, Furtado lembrou relatório da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento (OCDE) que afirma temer as transferências de recursos de países do Terceiro Mundo respondido por substancial declínio das pressões inflacionárias nos países industrializados.

A segunda falácia seria a de que os banqueiros conhecem melhor a realidade brasileira e o que convém ao País. Na opinião de Celso Furtado — e essa é a terceira falácia — disse — os banqueiros não estão preocupados com a política brasileira. Se os bancos empurraram o Brasil para o FMI, segundo o economista, é porque esperam contar com os recursos desta instituição para pagamento dos juros que o Brasil lhes deve.

A quarta proposição falsa seria a de que o desenvolvimento brasileiro se furda em importante influxo de poupança externa. Para Celso Furtado os recursos externos devem ser considerados como uma ampliação da capacidade brasileira de im-

portar, e somente de forma secundária como um complemento da poupança. Furtado observou que as entradas de capital correspondem aproximadamente ao custo desse capital em juros e dividendos.

A última falácia — disse ele — é a tese de que a saída está na recessão, porque ela não aumenta a capacidade de exportação, eleva os custos de produção e agrava as pressões inflacionárias, mediante a redução da receita fiscal.

Furtado defendeu uma rigorosa política de reciclagem industrial, para reduzir a dependência de insumos importados.

PROPOSTAS

Celso Furtado propôs ao Congresso, e mais especificamente ao PMDB, uma agenda de debates sustentada em três pontos. O primeiro é obter resposta à pergunta sobre a natureza e extensão dos compromissos assumidos pelo Brasil nas suas recentes negociações externas. O segundo é saber quais os pontos que impedem que o Governo defina uma clara política nos campos monetários, cambial e fiscal.

Cardoso de Mello afirmou que a política atual do Governo vai comprometer duas ou três gerações e Carlos Lessa discordou da justificativa governamental de que a nova política salarial é necessária à criação de mais empregos.

Segundo Lessa, o que vai ocorrer é o contrário: como a geração de empregos se articula com o nível de vendas, a contração do nível de vendas decorrente da diminuição dos índices de reajuste salarial vai aprofundar a recessão e gerar mais desemprego.

Lessa disse que, mesmo que o Brasil atinja os objetivos fixados em sua Carta de Intenção ao FMI, o cenário mundial indica novas crises de liquidez, "e outras economias em vias de quebrar". Os países em discussão hoje são de importância da Bélgica, da Suécia e da Dinamarca. "Basta um destes quebrar para a liquidez do Brasil reaparecer". O Brasil teria optado, na sua opinião, por um caminho que não leva a lugar algum.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lessa afirmou que a proposta oficial de reforma tributária, em discussão, apenas redistribui a massa fiscal entre as unidades da Federação, e isto vai promover o conflito entre unidades produtoras e consumidoras, regionalizando o conflito.